

Lars Schoultz

Estados Unidos: poder e submissão

uma história da política norte-americana
em relação à América Latina

Tradução
Raul Fiker

Revisão Técnica
Mary Anne Junqueira

tornando-se um bom vizinho

A política definitiva dos Estados Unidos daqui por diante é uma política oposta à intervenção armada.

Presidente Franklin Roosevelt, 1933

Imediatamente após sua eleição em 1928, Herbert Hoover organizou uma viagem de boa vontade de dois meses pela América Latina. Ele escreveria mais tarde em suas memórias que “como Secretário de Comércio desenvolvi uma crescente insatisfação com nossas políticas em relação à América Latina. Eu estava convencido de que, a menos que mostrássemos uma atitude inteiramente diversa, nunca desfaríamos as suspeitas e temores em relação ao “Colosso do Norte” nem ganharíamos o respeito daquelas nações.” E assim, em sua primeira parada em Honduras, o Presidente eleito falou sobre ser um bom vizinho o que, na época, significava parar de enviar forças armadas dos EUA para os países da América Latina. Concluindo quase três décadas de lenta mudança política, o Presidente Hoover limpou a casa, começando um mês após sua posse quando, numa clara referência à longa disputa com o México, o novo Presidente especificamente repudiou a intervenção para proteger investidores dos EUA.¹

Esta mudança não ia ao cerne da questão da intervenção em outros países latino-americanos, porque conforme o Corolário Roosevelt de 1904, os Estados Unidos se concederam o direito de intervenção militar preventiva, não para implementar as reivindicações de *seus* cidadãos, mas para impedir intervenção européia. Como disse Stokely Morgan aos estagiários do Departamento de Estado em 1926, “a menos que o Governo dos Estados Unidos esteja disposto a deixar outras nações agirem da maneira que consideram necessário em apoio de seus cidadãos, ele deve assumir por si mesmo esta responsabilidade.”²

Mas agora era óbvio que as nações européias não se interessavam mais pela região do Caribe, e era difícil argumentar que o prosseguimento da ocupação pelos EUA do Haiti e da Nicarágua era necessária através de uma interpretação ainda mais expansiva da Doutrina Monroe. Virtualmente todos em Washing-

ton continuavam a concordar com a necessidade de impedir as potências européias de se expandirem em direção ao Hemisfério Ocidental – em 1923, Henry Cabot Lodge, já velho, dizia que ela era “tão vital, tão essencial agora como quando Monroe e Adams a formularam e a deram ao mundo”; mas o Senador William Borah captou melhor o centro emergente de opinião quando escreveu que “a invasão de território e o estabelecimento de governos militares não estão dentro das implicações da Doutrina Monroe.”³

O Corolário Roosevelt havia causado tanto ressentimento nos latino-americanos que ele teve que ser enterrado da mesma forma que nascera, com uma mensagem formal. Esta veio em 1928, logo depois que Hoover foi eleito, e mesmo considerando-se que ela refletia basicamente a concepção comum de que o Corolário havia se tornado contraprodutivo, a ocasião da rescisão explica-se pela necessidade de o Secretário de Estado Frank Kellogg ter que trabalhar com o antiintervencionista Borah, que por antiguidade havia herdado a presidência da Comissão do Senado sobre Relações Exteriores. Em 1928, a comissão de Borah estava a ponto de considerar a única esperança de Kellogg de entrar nos livros de história, o Pacto Kellogg-Briand declarando ilegal a guerra; e ambos temiam que seria feito um esforço para anexar uma ressalva indesejável baseada numa leitura rooseveltiana da Doutrina Monroe – de que os Estados Unidos se reservariam o direito de invadir um país latino-americano se acreditasse que uma nação européia estava prestes a fazê-lo.⁴ Como a invasão de um país similarmente indefeso, a Bélgica, havia desencadeado a Primeira Grande Guerra, tal ressalva viciaria o pacto de Kellogg.

Por causa disto, Kellogg e Borah tinham que rescindir o Corolário Roosevelt no sentido de demonstrar que a doutrina Monroe original era uma afirmação de nada mais do que um direito de autodefesa, o que era permitido sob a cláusula de “exoneração” do Pacto Kellogg-Briand. Para este fim, Kellogg designou o Subsecretário de Estado, J. Reuben Clark, para elaborar um estudo apropriado de tudo que já fora dito sobre a Doutrina Monroe por um funcionário dos EUA. Clark passou a maior parte do trabalho para uma auxiliar, Anna O'Neill, mas contribuiu com uma extensa carta que fora anexada ao estudo que fazia precisamente o que Borah e Kellogg queriam: ela interpretava a Doutrina Monroe como uma afirmação do direito de autodefesa, e repudiava totalmente o Corolário Roosevelt. “Não se acredita que este corolário se justifique em termos da Doutrina Monroe,” escreveu Clark. Se os Estados Unidos previssem uma violação da Doutrina Monroe, qualquer “sanção preventiva seria dirigida contra a potência européia infratora, e não contra o país latino-americano que era o objeto da agressão européia, e não ser que houvesse uma conspiração entre os Estados europeu e americano envolvidos. No caso normal, o Estado latino-americano contra o qual a agressão era dirigida por uma potência européia, seria o beneficiário da Doutrina e não sua vítima.”⁵ Um mês depois do memorando de Clark e um mês antes da aposentadoria de Kellogg, o Senado ratificou o Pacto Kellogg-Briand.

A negociação do Pacto havia ampliado imensamente a perspectiva global de Kellogg, instilando nele um senso de responsabilidade por tornar o mundo menos vulnerável à guerra e a outras formas de intimidação pela força. De fato, a interação de Kellogg com europeus e líderes como o Senador Borah teve o efeito de converter o Secretário de Estado num ativista da paz, e portanto não surpreendeu quando, poucos dias antes de deixar o posto, ele enviou o memorando Clark às legações dos EUA na América Latina “como uma declaração e um comentário oficiais sobre a Doutrina Monroe.” Consciente de seu status de fim de mandato, contudo, ele observou que o memorando não deveria ser entregue a nenhum governo até que a administração Hoover ingressante emitisse uma autorização.⁶

Essa autorização nunca foi dada, porque a nova administração tinha seu próprio problema com o Senado: em 1929 e 1930 o Presidente estava preocupado com que a política conciliadora em relação à América Latina pudesse ser interpretada como fraqueza numa época em que a administração estava tentando conseguir a aprovação do Senado para o igualmente conciliador Tratado Naval de Londres (envolvia relações EUA e Japão). Assim, Hoover disse ao Secretário de Estado Henry Stimson, um tradicional e ardoroso intervencionista, para manter o memorando de Clark como confidencial. Mais tarde, depois da ratificação do Tratado de Londres, Stimson e outros funcionários do Departamento de Estado argumentaram que seria imprudente publicar o memorando. Nenhum registro claro explica o que aconteceu em seguida, embora haja razão para duvidar da tentativa posterior de Hoover de levar o crédito por forçar a questão.⁷ Tudo que sabemos ao certo é que no início de 1930, o memorando de 236 páginas foi tranquilamente publicado como um documento governamental.

Declarações formais à parte, o Presidente Hoover não estava relutante em mudar a política dos EUA na direção implicada no memorando de Clark. Em sua primeira mensagem anual ao Congresso no fim de 1929, ele quase se desculpou pelo prosseguimento da ocupação militar na Nicarágua e no Haiti. “Não queremos ser representados no estrangeiro desta maneira,” observou ele, e informou que na Nicarágua os 1.600 fuzileiros remanescentes estavam ali basicamente para fins de treinamento. “Estamos ansiosos para retirá-los assim que a situação permitir.” O Presidente Hoover observou também que “no Haiti temos cerca de 700 fuzileiros, mas é um problema muito mais difícil cuja solução é ainda obscura.”

O Haiti era um problema porque seus cidadãos eram negros. Esta circunstância implicava a ausência de solidariedade latino-americana para com aquele país – anos antes, quando os fuzileiros invadiram o Haiti pela primeira vez, Woodrow Wilson previra corretamente que “o efeito sobre a ‘América Latina’ do que fizemos ali não será, acreditamos, sério, porque, sendo negros, eles não são vistos como da fraternidade!”⁸ Nenhuma pressão subsequente veio da América Latina. Como o encarregado dos EUA informava de Bogotá, uma semana após a mensagem de 1929 de Hoover ao Congresso, “os recentes eventos na República do Haiti e os novos relatórios referentes ao envio de mais forças armadas àquele República provocaram pouco comentário hostil aqui, em marcante contraste

com os eventos da Nicarágua de dois ou três anos atrás.⁹⁹ De modo semelhante, a opinião pública progressista nos EUA estava também pouco inclinada a manifestar-se contra a ocupação do Haiti. Uma década antes, o vazamento das alegações do General Barnett de matanças indiscriminadas causara sensação durante um tempo e ajudara a gerar certa oposição, mas os debates políticos domésticos significativos sobre intervenção na década de 1920 centralizavam-se sobre a Nicarágua e o México, não incluía o Haiti. Ademais, a maioria da comunidade de negócios orientada para a América Latina estava desinteressada de uma maneira ou de outra. Um grupo de pequenos investidores e o National City Bank haviam se aproveitado da constituição haitiana de 1918 que permitia propriedade estrangeira de terra, enquanto outros investigadores haviam desalojado o capital francês nos setores de utilidade pública, bancário e de transportes do Haiti, mas os investimentos dos EUA no país eram de muito pouca monta quando comparados com os em outras partes da América Latina. Com a opinião latino-americana, a opinião dos EUA e a maioria dos membros politicamente fortes da comunidade de negócios, todos desinteressados da questão do Haiti, a arena de articulação política foi, então dominada pelo Departamento de Estado, cujos funcionários tornaram impossível para a administração Hoover a retirada do Haiti.

Mas Hoover tentou. Em sua mensagem anual de 1929, ele solicitou fundos ao Congresso para designar uma comissão “para chegar a uma política mais definida do que no presente,” e quando este pedido foi seguido, quatro dias mais tarde, por relatórios de que fuzileiros navais dos EUA haviam matado dez e ferido trinta e quatro manifestantes haitianos, Hoover imediatamente mandou um segundo pedido. Disposto a cooperar, o Senador Borah disse a um repórter que “há mais de doze anos atrás nós dissolvemos a Assembléia deles pela força das armas e desde aquela época, não se tem permitido que eles, de alguma maneira substancial, tenham algo a fazer com seu Governo. Eles estão completamente desprovidos de direitos eleitorais. O Governo dos Estados Unidos deveria se envergonhar de aparecer perante o mundo neste momento, com todas nossas profissões de paz e contra o poder militar, mas mantendo o tacão militar sobre um povo indefeso.” O Congresso forneceu prontamente \$50.000 para uma comissão, e Hoover, com a mesma prontidão, nomeou seus membros, designando W. Cameron Forbes como presidente. As instruções de Hoover eram explícitas: “A questão básica que deve ser investigada é quando e como devemos sair do Haiti. A segunda questão é o que devemos fazer nesse meio tempo.”¹⁰⁰

Os funcionários do Departamento de Estado e da Marinha que esperavam pela Comissão Forbes nas docas eram da opinião que a retirada seria um equívoco. No mesmo dia em que o Presidente Hoover mandara seu pedido de verbas ao Congresso, o Alto Comissário John Russell telegrafara ao Secretário Stimson dizendo que “a mentalidade haitiana só reconhece a força, e apelar à razão e à lógica é impensável.” O cônsul dos EUA em Cape Haitien argumentava que Washington entendera mal a opinião local – especificamente, uma petição dos haitianos para retirada imediata “parece ser uma tentativa de levar o Presidente Hoo-

ver a crer que mentes maduras do povo haitiano estão se expressando, quando na realidade é apenas a criança agindo sob influência bolchevique sem se dar conta das possíveis conseqüências de seus atos.”¹¹

O relatório de março de 1930 da Comissão Forbes refletia essas concepções. Ele defendia uma retirada gradual dos fuzileiros no decorrer do período até a expiração do tratado de ocupação em meados de 1936. Para iniciar este processo, o Secretário Stimson enviou Dana Munro como ministro dos EUA ao Haiti, para assegurar que a saída não fosse rápida. Segundo Stimson escreveu em seu diário, Munro “achava que era vitalmente importante que não deixássemos o Haiti,” Observando que a concepção de Munro estava em “nítido contraste com o Presidente,” o Secretário escreveu em seu diário que “estou inclinado a concordar com Munro.”¹² Os argumentos de Stimson eram reforçados pelo encarregado dos EUA em Port-au-Prince, que relatava que “a ação dos haitianos, em comum com os latinos em geral, é principalmente dirigida pela emoção e não pela razão que, no principal, dita a ação do anglo-saxão.”¹³

O Secretário Stimson nunca recusou diretamente fazer o que Hoover ordenava, é claro, mas ele implementou a política do Presidente sem entusiasmo, escrevendo em seu diário que “estamos tentando dar espaço aos haitianos gradualmente, mas é claro que esta não é a maneira de lidar com negros, e temo que isso crie problemas.”¹⁴ A tática específica de fazer corpo mole adotada por Stimson e Munro consistia em insistir em que os haitianos assinassem um tratado de retirada, mas deixando os EUA com a curadoria alfandegária. O pedido era aceitável para os Presidentes Haitianos Joseph Louis Borno e Stênio Vincent, mas não para a legislatura haitiana, cujos membros consideravam a curadoria uma infração à soberania da nação. Esta resposta deu a Stimson a oportunidade de que precisava para informar Hoover de que era por culpa do Haiti que os fuzileiros não podiam ser retirados. Foi preciso uma nova administração, aferrada às exigências da era Hoover de prosseguimento da curadoria alfandegária, para encerrar a ocupação militar.¹⁵

Nessa altura, a administração Hoover estava cuidando da ferida fatal infligida pela quebra das bolsas de 1929. Em novembro de 1930, um dia depois de o eleitorado reagir à situação econômica entregando a Câmara dos Deputados de volta aos democratas, Stimson dirigiu-se à Casa Branca para consolar o Presidente, e então escreveu em seu diário que “quase pateticamente ele expressou sua apreciação.” A Depressão acabara com qualquer iniciativa de política externa importante; como Stimson anotou em 1932, “o Presidente está tão absorvido com a situação doméstica que ele me disse francamente que não pode pensar muito agora em assuntos externos.”¹⁶

O breve momento de Hoover havia terminado, e é fácil esquecer o quanto ele realizou em pouco tempo. A política de Boa Vizinhança teve diversos pais, mas talvez os mais importantes tenham sido Herbert Hoover e Elihu Root, embora Hoover tivesse feito a maior parte de sua contribuição antes de tornar-se Presidente. Enquanto serviu durante quase oito anos como Secretário do Comércio,

(1921 a 1928), ele foi responsável pelo redirecionamento da política dos EUA, afastando-a do que ela sempre fizera de mal – ocupação militar – e aproximando-a do que ela sempre fizera excepcionalmente bem – negócios. Do mesmo modo que o pan-americanismo de Root, o patrocínio de Hoover de um comércio externo de amplo alcance e iniciativas de investimento afetou profundamente a política dos EUA, porque ambos ajudaram a criar novos e mais sofisticados interesses no setor privado, e desta forma estimularam a evolução da política dos EUA para longe dos excessos ameaçadores da era Roosevelt-Taft. Hoover estava entre os primeiros a compreender as implicações políticas de um aumento dramático nas relações econômicas com a América Latina, e ele sabia que as guardas de legação haviam se tornado contraprodutivas

A presidência Hoover foi menos bem sucedida. Ele entrou na Casa Branca com várias idéias para a melhoria das relações com a América Latina, mas a Repressão deixou as questões relativas à política externa em segundo plano. Sua segunda mensagem anual simplesmente trazia uma nova política de reconhecimento e seu compromisso de retirar-se do Haiti; em 1931 a região recebeu de Hoover uma única curta frase (“Nós continuamos nossa política de retirada de nossos fuzileiros do Haiti e da Nicarágua”), e, em sua mensagem final, o Presidente nada disse sobre a América Latina.

Havia poucos indícios nos antecedentes de Franklin Roosevelt de que sua administração continuaria o movimento de Hoover rumo a uma política de Boa Vizinhança. Como candidato democrata a vice-presidente em 1920, as concepções de política externa de FDR eram muito mais próximas às de seu tio Theodore do que às de Hoover, embora por volta de 1933 as diferenças fossem acentuadas. FDR, por exemplo, nunca chamara de forma pejorativa publicamente os latino-americanos de “dagos.” Os tempos haviam mudado, e, em meados da década de 1930, estava se tornando cada vez mais inadequado usar termos depreciativos raciais ou étnicos na correspondência profissional. Era então raro deparar com anti-semitismo aberto, por exemplo – as referências zombeteiras haviam parado de aparecer nos despachos diplomáticos, e o governo federal havia se tornado um guardião da correção ética. Em 1935, quando o Departamento de Estado recebeu um exemplar adiantado da biografia autorizada de Elihu Root por Philip Jessup, seus funcionários criticaram a citação direta por Jessup de uma carta de 1898 em que o Secretário de Estado John Hay escrevia reclamando que os convidados em suas recepções diplomáticas “eram na maioria dagos e encarregados.” Que a revisão do Departamento de Estado da biografia em dois volumes criticasse apenas esta indiscrição de Jessup é o melhor indicador possível de que a boa vontade para com a América Latina havia se tornado importante para os funcionários dos EUA.¹⁷

Ainda mais significativa é a política inicial da administração Roosevelt em relação a Cuba. Não se tratava de terra incógnita para os novos líderes em Washington. Como Secretário Assistente da Marinha, Roosevelt havia visitado a ilha durante um giro de inspeção no Caribe em 1917, embora suas notas sobre essa viagem enfocassem entretenimento no clube de campo, uma estranha nova bebi-

da alcóolica chamada “daiquiri” e as roupas que as pessoas usavam, sem uma palavra sobre a substância da política, mesmo após seu encontro com o presidente de Cuba.¹⁸ O Secretário de Estado Cordell Hull também conhecia a ilha, mas seu conhecimento era datado; líder de uma companhia de voluntários do Tennessee durante a Guerra Hispano-Americana, Hull havia passado cinco meses em Santa Clara, chegando no fim de 1898, quando a guerra já havia acabado. Por outro lado, o principal latino-americanista de FDR, o Secretário Assistente Sumner Welles, havia estado em atividade no Caribe por anos, e mantinha laços estreitos com o General Enoch Crowder, o procônsul e embaixador dos EUA em Havana durante a década de 1920. Durante aquela década, Welles parece ter adotado a visão comum do Departamento de Estado sobre a América Latina. Após uma viagem à Cuba em 1921, por exemplo, ele disse a Crowder que o embaixador cubano em Washington, nascido nos EUA, Carlos Manuel de Céspedes, era o melhor candidato à presidência cubana devido à sua “receptividade a sugestões ou conselhos que poderiam ser feitos a ele pela Legação Americana.”¹⁹

Embora os cubanos nunca tenham lido o memorando de Welles, ele não os teria surpreendido, pois eles estavam acostumados à interferência dos EUA. Ao fim da intervenção Magoon em 1909, seguiu-se o governo liberal de José Miguel Gómez e um período de relativa autonomia, com os fuzileiros navais dos EUA retornando, apenas brevemente em meados de 1912, para sufocar uma disputa trabalhista em Oriente. Gómez passou o governo para o conservador Mario García Menocal após a vitória eleitoral deste em 1912, e o complacente Menocal rapidamente tornou-se um dos favoritos de Washington. Sua reeleição fraudulenta em 1916 desencadeou a Revolução de Fevereiro de 1917 e uma outra intervenção dos EUA sob a Emenda Platt.

A Revolução de Fevereiro não poderia ter ocorrido num pior momento para os responsáveis pela política externa dos EUA – pouco antes a Alemanha havia retomado a guerra submarina irrestrita e a Inglaterra informara Washington sobre o telegrama Zimmermann. Sensível à guerra, Washington simplesmente não toleraria instabilidade em Cuba, especialmente quando esta ameaçava também interesses econômicos dos EUA. Com a instabilidade em seu ápice, John Foster Dulles, um jovem procurador de Nova York representando “companhias que possuíam um número muito grande de plantações de açúcar na Ilha de Cuba,” escreveu para agradecer a seu tio, o Secretário de Estado Lansing, por um encontro ocorrido naquele dia. Ele queria também salientar que “seria muito desejável que um navio dos EUA aparecesse, ainda que por pouco tempo, no porto de Manatí” na costa nordeste de Cuba.²⁰ Duas companhias de fuzileiros navais dos EUA foram enviados às províncias de Camagüey e Oriente (incluindo o porto de Manatí), para proteger os interesses açucareiros dos EUA e liberar as tropas cubanas que Menocal precisava para suprimir a rebelião liberal. Uma companhia de 350 soldados dos EUA permaneceu em Camagüey por cinco anos.

Não demorou muito para que a ameaça alemã no Caribe passasse e a revolta liberal fosse sufocada, enquanto relatórios sobre a corrupção de Menocal

continuavam a chegar a Washington. A reação do Departamento de Estado foi instruir o embaixador dos EUA em Havana para pressionar Menocal no sentido de convidar o General Crowder para revisar o código eleitoral cubano.²¹ Ao mesmo tempo, os Estados Unidos trocaram os enviados, mandando à Cuba um dos democratas meritórios de Bryan, Boaz Long, que recentemente escrevera ao Secretário de Estado Lansing que “a extensão de nossas influências sobre esses povos menos favorecidos, com a idéia de educá-los e regular e melhorar seu desenvolvimento agrícola e comercial, e torná-los bons cidadãos para uma democracia, envolve uma tarefa colossal, mas que não é indigna de uma política americana esclarecida.”²² Quanto a Crowder, o experiente enviado militar (ele havia sido o conselheiro legal dos EUA em Cuba durante a era Magoon) concluiu que os cubanos precisavam de supervisão estrita em várias áreas; concordando com isso, no fim de 1920, a administração Wilson em fim de mandato, invocou novamente a emenda Platt, nomeando Crowder o “Representante Pessoal do Presidente para missão especial” em Cuba, e disse ao governo cubano que seriam enviadas tropas, a menos que “o Presidente Menocal assuma uma atitude receptiva em relação aos conselhos e recomendações justas que o Presidente havia instruído ao General Crowder a lhe apresentar.”²³ Dois dias mais tarde, Crowder zarpou para o porto de Havana a bordo do navio de guerra *Minnesota*, que serviu como sua casa e seu escritório no decorrer do ano seguinte.

Após consultas com a nova administração Harding, em 1922 Crowder começou a escrever vários memorandos orientando o novo governo de Alfred Zayas na reforma da sociedade cubana. O Memorando 8, por exemplo, exigia “a imediata remoção do posto de todo funcionário que...” e citava sete diferentes categorias de comportamento identificadas por Crowder como indicativas de “Suborno, Corrupção e Imoralidade na Administração Pública.” O Memorando 10 exigia “uma reforma imediata da Loteria, que é a fonte de suborno generalizado,” e para tornar as coisas mais fáceis para o governo cubano, Crowder anexava um decreto redigido.²⁴ Decisivamente um tecnocrata político, Crowder não tinha interesse em ajudar os negócios dos EUA em Cuba, e criticava especialmente o magnata do açúcar Edwin Atkins: “Para ele o grupo de usinas de açúcar do grupo Atkins constitui Cuba. Ele não liga para o futuro de três milhões de pessoas. É um dos mais egoístas homens de negócios que vi até hoje.”²⁵ Crowder passou, então, a construir sua reputação, tanto superestimando o problema (uma “tarefa muito difícil reconstruir, ou melhor, construir uma nova vida institucional para este país”) como exagerando suas realizações: “Creio que você ficará contente com o progresso feito e com a nova consciência Nacional que está despertando” em Cuba, escreveu ele a seu superior.²⁶ De sua parte, o Presidente Zayas seguiu com o Programa de Moralização de Crowder, mas só até receber um empréstimo de que seu governo precisava. Então voltou às políticas anteriores. Este comportamento contrariou imensamente os funcionários em Washington, incluindo o Secretário de Estado Hughes, que aproveitou uma reunião com o ministro do exterior cubano para lembrá-lo de

que “o empréstimo de \$50 milhões foi posto em termos da clara compreensão de que deve haver um programa de moralização.”²⁷

A despeito deste deslize, no geral a missão de oito anos de Crowder foi considerada um sucesso por funcionários em Washington. No debate de 1928 no Senado sobre a turbulenta Nicarágua, por exemplo, o Senador William Bruce pediu a seus colegas para “pensar em nossa intervenção em Cuba. Esta é absolutamente uma das melhores coisas na história humana.”²⁸ Uma das principais realizações de Crowder foi a eleição em 1924, na qual venceu um favorito dos EUA, o General Machado, como sucessor de Zayas. Machado fora quem apresentara o Presidente Coolidge na Conferência de Havana de 1928, e era compreensível por que ninguém no Departamento de Estado queria que ele se aposentasse quando seu mandato expirasse. Embora reconhecendo que Machado “não pode ser candidato em 1928 para suceder a si mesmo sem violar a Constituição,” o Embaixador Noble Judah argumentava que “pareceria uma política imprudente reivindicar a autoridade para interpretar a Constituição cubana,” e aconselhava a Washington que “se não levantamos estas questões constitucionais, ninguém o fará.”²⁹

Depois da eleição fraudulenta de 1928, o Embaixador Judah informou que “tenho obtido a mais completa cooperação de Machado em tudo que solicito, e é certamente sua política, não apenas expressa em palavras mas em atos, trabalhar tão próximo de nosso governo quanto possível.” O Secretário de Estado Stimson confidenciou ao Senador Borah que o governo Machado “não é o governo de que deveríamos cuidar na América, mas ele parece estar em pleno controle de Cuba; é popular no Exército, e isto é o que conta nos países latino-americanos.”³⁰ Esta era a política de Cuba que Franklin Roosevelt herdara.

O início da Grande Depressão já havia enfraquecido severamente o poder de Machado, e em 1931, o Embaixador Harry Guggenheim alertou que “Machado acabará tendo que sair.” Permanecendo à margem mas preparando-se para a ação, os novos latino-americanistas de FDR concordavam. “Há indicações de que a situação cubana está piorando e que num futuro próximo o Departamento de Estado pode ser envolvido,” escreveu um membro da equipe de transição de FDR, Laurence Duggan. Qualquer envolvimento desse tipo teria que ser implementado sem o uso de militares dos EUA, porque a forma de pensar de Sumner Welles, o principal latino-americanista de FDR, havia evoluído com o tempo. No início de 1933 ele mandou ao Presidente eleito três páginas de texto sobre a América Latina para seu discurso de posse, e sugeriu uma proibição do “envio de forças armadas dos Estados Unidos para qualquer solo estrangeiro.”³¹ Este compromisso com a não-intervenção militar tornou-se a característica definidora da política de Boa Vizinhança de FDR.

Temendo a instabilidade crescente em Cuba, o recém-empossado Presidente adiou a já anunciada designação de Sumner Welles como Secretário Assistente de Estado e, ao invés disso, enviou-o a Havana como o novo embaixador. Uma semana após sua chegada em maio de 1933, Welles telefonou ao Secretário de Estado Hull dizendo que “a situação é muito precária, muito mais do que eu

esperava.” Ele se pôs imediatamente a trabalhar, e por volta de meados de julho pôde relatar algum progresso, embora grupos de estudantes – um termo coletivo para a oposição mais veemente a Machado – “não tenham expressado sua aprovação quanto ao que estamos tentando fazer.”³² Mais tarde, em julho, uma greve de motoristas de ônibus transformou-se em violentos confrontos com o exército de Machado, e Welles informou que “se se permitir que as atuais condições prosigam por muito tempo, estou certo que um estado de completa anarquia será o resultado.” No dia seguinte ele acrescentou que “não há absolutamente esperança alguma de um retorno às condições normais em Cuba, enquanto o Presidente Machado permanecer no cargo,” e recomendou a retirada do reconhecimento.³³ Com o encorajamento de Welles, que pode ou não ter tido peso nos acontecimentos, o exército cubano forçou, então, a queda de Machado e o velho amigo de Welles, Carlos Manuel de Céspedes, foi nomeado chefe interino do executivo.

O problema deste arranjo, como o General Crowder relatara uma década antes, era que Céspedes “com sua transparente fraqueza de caráter, é irrelevante em qualquer espécie de crise política.”³⁴ Percebendo sua debilidade no início de setembro, oficiais não comissionados do exército, liderados pelo Sargento Fulgencio Batista, depuseram o favorito de Welles, substituindo-o por um governo liderado por Ramón Grau San Martín. O embaixador indignado imediatamente relatou que o governo de Grau era “composto pelos radicais mais extremados de Cuba,” e mais tarde naquele dia, ele descartou seu compromisso com a não-intervenção, requerendo “um desembarque temporário de possivelmente mil homens até que um novo governo possa ser restaurado.” Depois de dois dias ele repetiu sua requisição de uma “intervenção estritamente limitada,” que segundo ele exigiria “o desembarque de uma força considerável em Havana e forças menores em alguns dos portos mais importantes da República.” Percebendo que uma leitura literal do texto poderia interpretar isto como uma proposta de intervenção militar, Welles argumentou que as tropas dos EUA seriam apenas “uma força armada emprestada pelos Estados Unidos numa função de policiamento” e, portanto, “isto seria levado a cabo dentro dos limites da política de ‘Boa Vizinhança.’” Welles prometia que a ação política em Cuba seria mínima. No dia seguinte Welles novamente exortou Washington a enviar tropas rapidamente, porque o pessoal militar “que está em contato íntimo com líderes comunistas em Havana pode recorrer a medidas desesperadas se ficar suficientemente bêbado.”³⁵

Todos esses relatórios foram enviados ao Secretário de Estado Cordell Hull, que, como Adolph Berle, do Departamento de Estado, observou uma vez, “é lento para chegar a uma conclusão, às vezes, me parece, em situações que exigem uma ação rápida. Mas seu julgamento é bem melhor que o de Sumner. Sumner, por outro lado, pode se mover como um tiro em todas as situações.” Correspondendo a esta caracterização, Hull adiou a resposta até que pudesse consultar-se com outros, inclusive com o embaixador dos EUA no México, Josephus Daniels, a quem Hull descreveria posteriormente como “um pouco radical às vezes para mim.” Mas os dois eram amigos, e após servir por oito anos como Secretá-

rio da Marinha de Woodrow Wilson, Daniels sabia mais sobre as relações EUA-Caribe do que a maioria dos outros funcionários da administração. Ele alertou Hull para ser cético quanto à perseguição a comunistas: “Em nosso próprio país e em outros lugares, as pessoas atribuem aos comunistas todas as atividades malignas. Creio que é assim em Cuba, e se eu fosse você eu veria com muitas restrições a tentativa de pôr nas costas dos poucos comunistas tudo que dá errado.”³⁶

Hull consultou também governos latino-americanos, e o próprio Presidente encontrou-se com os enviados do México, Argentina, Brasil e Chile. Pensando, talvez, que estava lidando com Theodore Roosevelt e não com Franklin Delano Roosevelt, o Generalíssimo Rafael Trujillo ofereceu os campos de aviação da República Dominicana para uma invasão dos EUA. O governo da Argentina enviou uma nota elegantemente redigida indicando sua crença de que “nenhum Estado chega à maturidade da democracia e à plenitude do destino sem experimentar, como um acompanhamento necessário, o trabalho de difíceis conflitos. A capacidade de manter a ordem e de assegurar o reino da lei emerge por si mesmo como um fruto desta experiência dentro do exercício da soberania, que deve ser caracterizada por absoluta autonomia interna e completa independência externa.”³⁷

Trujillo podia ser desconsiderado, mas ignorar a Argentina era uma questão inteiramente diversa. Influente na América do Sul e uma força importante por trás da próxima conferência interamericana em Montevidéu, da qual Hull planejava participar, a Argentina era um país que os Estados Unidos não podiam se dar ao luxo de ofender, se desejavam desenvolver sua política de Boa Vizinhança. O México também era importante, e o Embaixador Daniels alertou claramente que “se intervirmos, isto destruirá a conferência de Montevidéu.” Daniels, em seguida a esta conversa, enviou um telegrama avisando que no México “o sentimento contra a intervenção pelos Estados Unidos é arraigado e unânime.” Vários dias depois, o México entregou uma nota ao Departamento de Estado revelando a esperança de que os Estados Unidos removessem logo seus navios das águas cubanas. Louvando a política inicial de FDR em relação à região, o governo mexicano acrescentava que “não queremos ver este bom sentimento esmaecendo agora, na medida em que estamos todos interessados em ver algo feito em Montevidéu em dezembro próximo.”³⁸

Para complicar ainda mais as coisas, nesse preciso momento, Hull estava profundamente preocupado com a eventualidade do México tentar uma moratória da dívida em Montevidéu. Se ela fosse apresentada como uma resolução, todos os governos latino-americanos devastados pela Depressão iriam apoiá-la, e os Estados Unidos, sede dos bancos que haviam feito a maioria dos empréstimos, seriam obrigados a ficar isolados na oposição – seria um verdadeiro fiasco diplomático vindo logo em seguida ao embaraço do novo Secretário de Estado, na Conferência Econômica de Londres. Observando que a proposta do México “está me causando certa ansiedade,” Hull deu um jeito para que o Presidente Roosevelt falasse numa conferência de imprensa que “aos Estados Unidos não é devido nenhum

dinheiro por nenhuma das repúblicas sul-americanas e esta é, portanto, uma questão entre estas repúblicas e alguns dos debenturistas.” Esta declaração tem sido frequentemente tomada como um exemplo da política não-intervencionista de FDR, quando de fato não se tratava disto. Esta foi a maneira que Hull encontrou para evitar a iniciativa mexicana de declarar moratória, afirmando que a dívida privada não era uma questão para governos discutirem em Montevideú. Os delegados dos EUA foram instruídos para que se a questão da dívida fosse levantada, eles deveriam “se empenhar para que nenhuma medida seja tomada pela Conferência... Vocês devem dissociar-se completamente de qualquer ação tal como a proposta do México pedindo uma moratória geral sobre o serviço da dívida externa.”³⁹

Embora possamos nunca vir a ter certeza, o temor de um desastre diplomático em Montevideú parece explicar por que o pedido de Welles de tropas não teve sucesso. Citando o Presidente, Hull informou a Welles que um governo cubano empossado em seguida a uma intervenção dos EUA “seria visto pelo mundo todo, e especialmente através da América Latina, como criação e criatura do Governo Americano”; a intervenção, prosseguia Hull, “teria efeitos desastrosos.”⁴⁰

Sem disposição de conceder, Welles apelou para sua amizade de família (ele havia sido padrinho no casamento de FDR) para defender a intervenção diretamente junto ao Presidente em Warm Springs. Roosevelt recusou-se firmemente a intervir com tropas dos EUA, mas Welles convenceu o Presidente a agir, exceto invadir a Ilha. FDR recusou publicamente o reconhecimento do governo de Grau, cercou a ilha com navios de guerra e em seguida enviou Welles de volta a Havana para solapar o governo cubano.⁴¹ Em dezembro, Welles assumiu seu posto como Secretário Assistente de Estado, mas antes de passar a embaixada para Jefferson Caffery, ele redigiu um relatório final indicando que as alternativas eram ou um governo dominado por Batista ou “um governo ditatorial composto somente por elementos de extrema-esquerda.” Grau conseguiu manter-se no poder até meados de janeiro. Avisado sobre o golpe iminente de Batista com dois dias de antecedência, Caffery alertou Washington para estar pronto para reconhecer o novo governo imediatamente. “Se isto não for feito, Batista provavelmente passará definitivamente para a esquerda.”⁴²

Uma década mais tarde, quando FDR deu as boas-vindas a um reabilitado Grau San Martín em Washington, ele observou que “o Presidente eleito é amplamente responsável pela política de Boa Vizinhança” porque ele forçara a decisão de 1933 de não enviar tropas dos EUA para Cuba.⁴³ A explicação é que o termo “não-intervenção” era definido estritamente para identificar apenas uma invasão militar, o resultado em Cuba fora considerado uma importante vitória para a política de não-intervenção da nova administração. Ciente agora dos firmes limites de Roosevelt, Welles não mais recomendaria o envio de forças armadas à América Latina, e foi apenas em 1965, 22 anos depois de a homofóbica Washington forçar a renúncia de Welles para evitar um escândalo, e vinte anos depois da morte de FDR, que uma intervenção militar dos EUA ocorreu mais uma vez na América Latina.

O desejo de não prejudicar a conferência de Montevideu pode ter sido a razão principal pela qual a administração Roosevelt não enviou tropas para restaurar a ordem em Cuba, mas subjacentes a esta meta havia diversas razões adicionais. Uma era a crença de que a força não era necessária; pressão econômica e diplomática contínua, associada à presença de canhoneiras ameaçadoras, solapariam o governo Grau, forçando-o a ceder para uma liderança amistosa. Uma outra era a influência de funcionários como Josephus Daniels, que compreendia a profundidade do ressentimento dos latino-americanos em relação à intervenção dos EUA e moveu uma efetiva campanha burocrática para questionar o pensamento de homens como Sumner Welles. Uma terceira era a Depressão, talvez o evento de política doméstica mais importante do século XX, que contribuiu para uma escala de prioridades dos EUA que diferia substancialmente daquela da década de 1920. De modo específico, praticamente, todos em Washington concordavam com a necessidade de encerrar a dramática contração do comércio dos EUA. A diminuição do comércio havia exacerbado os efeitos econômicos de uma queda cíclica doméstica, empurrando uma simples recessão para a Grande Depressão, e a resposta da administração Roosevelt foi estimular as exportações dos EUA, negociando tratados de reduções recíprocas de tarifas com seus parceiros comerciais.

Para iniciar este processo, no fim de 1933, o Secretário de Estado Cordell Hull, o arquiteto da política comercial da administração, rumou para Montevideu, para a Sétima Conferência Internacional de Estados Americanos. Desta vez Leo Rowe compareceu como representante da União Pan – Americana, e os Estados Unidos deram o passo ousado de substituí-lo em sua delegação por uma mulher, Sophonisba Breckinridge, da Universidade de Chicago, a primeira de seu gênero a representar os Estados Unidos numa conferência internacional de alto nível. Seu colega de delegação, Spruille Braden, achou-a “completamente perdida durante a conferência,” embora ele tivesse que admitir que ela conseguiu não causar danos, talvez por “pertencer a uma ala de comportamento mais moderado” do movimento feminista.⁴⁴ O Paraguai e o Uruguai também enviaram delegadas, e todas as três nações parecem ter sobrevivido incólumes.

A intervenção era ainda a questão principal. A agenda da conferência incluía uma proposta que misturava a linguagem de não-intervenção de 1927, preparada no encontro, da Comissão Internacional de Juristas no Rio, numa mais ampla Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados, que havia sido preparada pelo Instituto Americano de Direito Internacional. O Artigo 8 da Convenção revisada era uma proibição direta: “Nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro.” As instruções do Secretário Hull aos delegados dos EUA indicavam que o Artigo 8 era “inaceitável por este Governo. Há diversas situações que justificam que um Estado intervenha nos assuntos de um outro Estado...É evidente que não foram dadas considerações adequadas ao Direito Internacional existente e às relações práticas, enquanto distintas das teóricas, entre Estados.”

Estas instruções logo tiveram que ser modificadas, pois, quando Hull chegou a Montevideu, descobriu que “a demanda por votação afirmativa unânime era vociferante e mais ou menos irrefletida e irrazoável.”⁴⁵ Restava aos Estados Unidos pouca escolha: arruinar a conferência ou ajustar sua posição de “inaceitável” para “aceitável com uma reserva.” Escolhendo a segunda opção, Hull disse aos participantes que “nenhum governo precisa temer qualquer intervenção da parte dos Estados Unidos sob a Administração Roosevelt,” mas acrescentou, então, a reserva de que os Estados Unidos continuariam a adotar “o direito das nações como geralmente reconhecido e aceito,” que era compreendido como permitindo intervenção para proteger as vidas e propriedades de cidadãos.⁴⁶ Isto era simplesmente uma maneira polida de reiterar a justificativa para intervenção que Charles Evans Hughes havia dado na última conferência interamericana em Havana – sua agora famosa pergunta: “Devemos ficar parados e vê-los chacinados nas selvas?”

A reação latino-americana foi de silêncio, em parte porque o palavrado de Hull fora intencionalmente ambíguo, e em parte porque esses eram tempos difíceis, e os governos da região estavam lutando pela sobrevivência em função da profundidade da Grande Depressão. Ao invés de começar um confronto com a nova administração dos EUA, cujas políticas comerciais teriam um importante impacto sobre a recuperação da América Latina, os diplomatas em Montevideu recuaram em silêncio diante das palavras de Hull. Os delegados dos EUA dificilmente podiam deixar de perceber a gélida recepção neste primeiro teste hemisférico da política de Boa Vizinhança, e ao deixarem Montevideu, eles reconheceram a necessidade de ir um pouco adiante para acomodar a opinião latino-americana. Num importante discurso dois dias depois do encerramento da conferência, o Presidente Roosevelt inseriu uma frase destinada a reassegurar a não-intervenção aos latino-americanos – “a política definitiva dos Estados Unidos daqui por diante é uma política oposta à intervenção armada”⁴⁷ – e um mês depois ele reiterou esta garantia em sua mensagem sobre o Estado da União.

Não muito depois disto, o Congresso passou a Lei de Acordo Comercial Recíproco de 1934, que concedia ao ramo executivo o poder de diminuir tarifas até 50 % em troca de concessões similares por parte dos parceiros comerciais da nação. Imediatamente os Estados Unidos e Cuba assinaram o primeiro acordo de comércio recíproco, diminuindo a tarifa dos EUA sobre o açúcar cubano em 40 % e proporcionando reduções igualmente vantajosas no tabaco e outros produtos da agricultura tropical; em troca, Cuba reduzia substancialmente a proteção que prestava a suas indústrias incipientes, e o resultado foi a vinculação da recente economia cubana à dos Estados Unidos. Acordos semelhantes foram negociados com outros países na região e o comércio dos EUA com a América Latina cresceu significativamente, triplicando em dólares entre 1934 e 1941, época em que a guerra na Europa havia mais uma vez privado os consumidores latino-americanos de fontes concorrentes de suprimentos. Quando a reciprocidade comercial foi combinada a outras iniciativas do *New Deal*, especialmente à criação em 1934 do Banco de Exportação-Importação, o nítido resultado econômico dos anos

da Depressão e da devastação européia que se seguiu foi aumentar ainda mais o papel dominante dos EUA nos mercados latino-americanos.

Ao mesmo tempo, a administração Roosevelt também amarrava as pontas soltas da política intervencionista que haviam se desenrolado por mais de uma década. Em 1934, os Estados Unidos chegaram a um acordo com Cuba para revogar a Emenda Platt, substituindo-a por um novo tratado que dava aos Estados Unidos o direito de reter indefinidamente sua base naval em Guantánamo. Em 1936, um novo acordo foi assinado com o Panamá para remover algumas das estipulações mais ofensivas do Tratado Hay-Bunau-Varilla, e mais tarde naquele mesmo ano o tratado de intervenção no Haiti expirou. Em 1937, os Estados Unidos e o México concordaram em revogar o Artigo 8 do Tratado Gadsden, que havia dado aos Estados Unidos o direito nunca exercido de enviar tropas através de Tehuantepec.⁴⁸

Enquanto essas mudanças estavam ocorrendo, preocupações sobre a segurança nacional começaram a exercer uma influência crescente sobre a política dos Estados Unidos em relação à América Latina. Hitler solidificara seu poder nas eleições alemãs no dia seguinte à posse de Roosevelt, e os enviados europeus de FDR imediatamente soaram os primeiros alarmes. A carnificina logo começaria novamente, e do mesmo modo que a Grande Depressão havia encerrado os esforços de Herbert Hoover para melhorar as relações com a América Latina, uma guerra estava prestes a modificar a política de FDR. O primeiro alarme de guerra ocorreu em 1938, quando o governo mexicano de Lázaro Cárdenas encerrou uma prolongada disputa trabalhista nacionalizando os títulos e ações de diversas companhias petrolíferas estrangeiras; Bernard Baruch escreveu, então, ao Presidente Roosevelt que o ato “havia sido fomentado pelos representantes do Japão, Itália e Alemanha, particularmente desta última.”⁴⁹ Embora a ocasião da ação do México fosse a pior possível – uma semana após o *anschluss* germano-austriaco – nem Baruch, nem ninguém mais, foi capaz de apresentar provas para reforçar a afirmação de envolvimento fascista, talvez afortunadamente, pois ninguém queria ainda um outro confronto com o México.

Assim, embora os Estados Unidos inicialmente retaliassem a nacionalização de Cárdenas, promovendo o embargo internacional do petróleo mexicano, vozes influentes logo começaram a defender uma acomodação. O Embaixador Josephus Daniels, antigo chefe de FDR quando Secretário da Marinha de Woodrow Wilson, foi especialmente efetivo na redução das tensões. Na época da nacionalização, ele e o Embaixador mexicano estavam preparando um mecanismo para atender as reivindicações de cidadãos dos EUA cuja terra havia sido expropriada durante a reforma agrária do México, e um acordo foi conseguido logo antes de Hitler invadir a Polônia em setembro de 1939. Poucas semanas mais tarde, o Diretor do FBI, J. Edgar Hoover, implicitamente atacou a abordagem de acomodação de Daniels, solicitando ao Departamento de Estado que tivesse mais cuidado ao lidar com o México. Designado por FDR para proteger os Estados Unidos de movimentos subversivos na América Latina, o FBI estava preparando dossiês so-

bre praticamente todos os líderes latino-americanos, e Hoover estava especialmente preocupado com o Presidente Lázaro Cárdenas, que “é considerado como sendo pró-alemão.” Usando a insinuação sem sustentação que mais tarde caracterizaria o macartismo, Hoover alertou o Departamento de Estado de que “relatos fidedignos apontam Cárdenas como tendo sido por anos membro de uma sociedade no México que tem o propósito específico em mente de recuperar dos Estados Unidos os Estados do Texas, Arizona, Novo México e Califórnia,” e acrescentava que “o Presidente Cárdenas sempre foi antiestrangeiro devido a seus antecedentes índios. Ele sempre favoreceu os mexicanos índios “pés de sandália” ignorantes, ao ponto de ser sabido que ele recebeu delegações desse tipo de gente em sua sala, enquanto Representantes Diplomáticos de países estrangeiros esperavam por uma audiência com ele.” O funcionário graduado de sua equipe, Ignacio García Tellez, era ainda pior, “um tipo de comunista ‘de gabinete’, embora intensamente pró-germânico.”⁵⁰

Em meados de 1940, então, quando a França foi derrotada pelos alemães, e a participação dos EUA na guerra tornou-se ainda mais provável, os despachos conciliadores do Embaixador Daniels passaram a ter cada vez mais peso. Logo quase todos em Washington queriam acertar a disputa do petróleo, inclusive Cordell Hull, que foi persuadido a abandonar sua inflexível oposição com relação ao petróleo do México. Em meados de 1941, os dois governos concordaram em que o México tinha o direito de expropriar os campos petrolíferos, que os antigos proprietários tinham o direito à compensação e que cada país designaria um comissário perito para determinar a quantia apropriada. O Secretário Hull reuniu-se, então, com executivos petrolíferos dos EUA para obter sua aprovação e, escreveu ele, “enfatizei as atividades do Eixo sendo conduzidas na América Latina e a ajuda que o México já nos deu impedindo a ida de materiais estratégicos para o Japão.”⁵¹ Após três reuniões, os executivos permaneciam indispostos a aceitar o que ambos os governos consideravam um acerto razoável, e, portanto, Hull assinou o acordo sem aprovação deles. Três semanas depois os japoneses atacavam Pearl Harbor.

Não é uma pequena ironia que uma das companhias petrolíferas lesadas fosse um dos alicereces da imensa fortuna de Nelson Rockefeller. Neto do fundador da Standard Oil, o jovem Rockefeller não se preocupava com o petróleo mexicano; ele estava muito mais interessado em arte, e no início da década de 1930 sua atenção estava inteiramente centrada no grande mural que Diego Rivera estava pintando para o *saguão* do novo Rockefeller Center no centro de Manhattan. Quando Rivera ultrapassou os limites da licença artística e acrescentou um retrato de Lênin ao que provavelmente teria sido uma obra de arte, Rockefeller pediu que o russo ofensivo fosse substituído por uma figura mais congruente com os valores capitalistas. O mestre mexicano recusou-se, Rockefeller manteve-se firme e o capital conseguiu mais uma vitória sobre o trabalho: Rockefeller despediu Rivera, destruiu o mural e substituiu-o pela banalidade *art deco* que hoje lá se encontra. Em seguida, para reabilitar-se, ele partiu numa viagem de compras para o México, para o projeto cultural favorito de sua família, o Museu de Arte Moderna

de Nova York. Ironicamente, este foi o início do caso de amor que durou a vida toda de Rockefeller com a arte mexicana contemporânea e pré-colombiana, um compromisso que se expandiu para incluir a maioria do hemisfério depois de uma viagem de três meses pela América do Sul em 1937.

Mas mesmo a arte estava longe da mente de Rockefeller, quando ele voltou de seu giro de 1937. Alarmado pela crescente influência da Alemanha nazista na região, em 1938 Rockefeller instou o Presidente Roosevelt a lançar uma contra-ofensiva propagandística. Por dois anos Rockefeller e a equipe de FDR na Casa Branca trocaram memorandos, enquanto Neville Chamberlain voltava de Munique com uma promessa vazia, as divisões *panzer* de Adolf Hitler atravessavam a Polônia, e a França e os Países Baixos caíam com a *blitzkrieg*. Então, dois meses depois do exército alemão desfilar pelos Campos Elíseos, em meados de 1940 Roosevelt emitiu uma ordem executiva criando a Agência para a Coordenação de Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas, com um mandato para “fortalecer os laços entre as nações do Hemisfério Ocidental” e assegurar assim a coordenação apropriada da defesa hemisférica.⁵² Nelson Rockefeller entrou para o serviço governamental como diretor da Agência.

O Secretário de Estado Cordell Hull recordou mais tarde que essa era uma época em que “homens de negócios alemães, trabalhando intimamente com o Partido Nazista, estavam espalhados por toda a América Latina. Eles desenvolviam seus negócios e entrincheiravam-se socialmente, comercialmente e politicamente. Eles empregavam todos os métodos possíveis na linha de atividades subversivas.”⁵³ O trabalho original de Rockefeller era enfrentar esta investida alemã com a propaganda dos EUA – a produção de todos os tipos de mídia, de revistas a transmissões em ondas curtas e filmes – mas sua contribuição mais importante foi criar o programa de ajuda econômica inicial dos EUA. Logo depois do ataque a Pearl Harbor, Rockefeller foi à Casa Branca com uma pasta de gráficos, mapas e ilustrações e traçou uma consistente lógica baseada na idéia de segurança nacional para assistência de desenvolvimento da América Latina: a defesa do hemisfério dependia de comunicações eficazes; comunicações eficazes em tempo de guerra dependiam de guardas de segurança; guardas de segurança necessitavam ser saudáveis; sua saúde dependia da erradicação de doenças tropicais; o controle de doenças tropicais requeria programas de saúde pública; os governos latino-americanos não podiam dar conta desses programas – e, portanto, em prol da segurança nacional, os Estados Unidos tinham que ajudar a pagá-los.

FDR foi convencido e instruiu Rockefeller a se ocupar das “medidas para o controle e prevenção de doenças, higiene, esgotos, habitação, melhoria nos suprimentos de comida e água, construção de estradas, auto-estradas, transportes e obras públicas, nutrição, tratamento médico geral e educação, bem como o treinamento considerado necessário para conseguir estes objetivos.”⁵⁴ Fora Cuba e outros países ocupados pelos EUA no Caribe, o governo dos EUA nunca antes havia considerado vir a se envolver nestas atividades na América Latina. Agora, porém, a segurança da nação exigia uma quebra da tradição, e essa tradição nun-

ca foi restaurada. Considerações sobre a segurança nacional exigiram que os Estados Unidos prosseguissem com ajuda externa pelo próximo meio-século, e a ajuda ainda continua depois da Guerra Fria, em grande parte porque havia se tornado a nova tradição da nação.

Com um orçamento substancial e mais de 1.500 empregados, Rockefeller logo estava pisando em calos burocráticos, inclusive os do Departamento de Estado, que sempre viu a pretensiosa organização como uma ameaça – uma “Agência supérflua e perdulária” era como o homem de negócios-diplomata Spruille Braden caracterizava a Agência. Brad desconfiava da equipe de Rockefeller (“comunistas simpatizantes” e “idealistas ingênuos como muitos nas agências federais na época”) e não se deixou impressionar pelo próprio Rockefeller (“o que lhe faltava em conhecimento sobrava em disposição de desperdiçar o dinheiro do contribuinte em esquemas insensatos”).⁵⁵ Um esquema que Braden quase com certeza tinha em mente era o uso por Rockefeller de pesquisas de opinião pública para informar funcionários do governo sobre as preocupações dos cidadãos norte-americanos. Pouco antes de Pearl Harbor, ele encomendara a primeira pesquisa para explorar “O Que o Povo dos Estados Unidos Pensa e Sabe Sobre a América Latina e os Latino-Americanos.”⁵⁶ Os resultados indicavam que os cidadãos dos EUA temiam a subversão do Eixo na América Latina.

A descoberta não surpreendia, pois a administração Roosevelt havia adotado esta crença desde a invasão da Polônia por Hitler. Em meados de 1940, o Presidente havia alertado o Congresso de que “Tampico fica a apenas duas horas e um quarto de St. Louis, Kansas City e Omaha”; além disso, em sua mensagem de 1941 sobre o Estado da União, ele avisara que “a primeira fase da invasão deste hemisfério não seria o desembarque de tropas regulares. Os pontos estratégicos necessários seriam ocupados por agentes secretos e seus inocentes úteis – e grande número deles já estão aqui, e na América Latina.” Numa conversa ao pé da lareira em setembro seguinte, Roosevelt dizia que “a guarda avançada de Hitler – não apenas seus agentes confessos mas também seus inocentes úteis entre nós – têm procurado deixar preparadas cabeças-de-ponte e posições seguras no Novo Mundo, para serem usadas assim que eles tiverem o controle dos oceanos.” O Presidente mencionou intrigas e sabotagem no Uruguai, Argentina e Bolívia, e observou que “nas últimas semanas foram descobertos campos de pouso secretos na Colômbia, não muito distantes do Canal do Panamá.”⁵⁷

Para enfrentar a possível ofensiva alemã, a administração Roosevelt passou a incrementar relações com os militares latino-americanos. Historicamente, tais relações mal existiam fora das nações ocupadas do Caribe; quando FDR assumiu a presidência, o único relacionamento militar-a-militar era uma missão naval no Brasil (a missão naval anterior no Peru havia terminado), mas por volta de 1939 diversos grupos de conselheiros militares dos EUA haviam se estabelecido na América Latina, e as escolas militares dos EUA estavam aceitando estudantes de nove países latino-americanos. Este ritmo foi acelerado quando Hitler marchou através da Europa, e mais de cem conselheiros militares dos EUA estavam traba-

lhando em todas as nações da América Latina, quando Pearl Harbor foi atacada em dezembro de 1941.⁵⁸ Depois da guerra, esses vínculos militares facilitaram a transmissão de valores anticomunistas para os militares latino-americanos, substituindo instrumentos de política externa menos sutis como o Corolário Roosevelt e a Emenda Platt.

Esses laços militares do período anterior a Guerra foram complementados por um empenho diplomático para desenvolver uma única resposta hemisférica ao conflito europeu, começando com uma reunião de ministros do exterior no Panamá, imediatamente após a invasão da Polônia pela Alemanha. Ali os delegados delinearam uma zona de segurança em torno do hemisfério, concordando em excluir todos os beligerantes e a manter uma estrita neutralidade, e os Estados Unidos também patrocinaram uma resolução ambígua recomendando que cada governo “erradicasse das Américas a disseminação de doutrinas que tendiam a colocar em risco o ideal comum democrático interamericano.” Dez meses mais tarde os ministros do exterior se reuniram novamente, desta vez imediatamente após a queda da França, e a formulação foi mais direta: “Qualquer tentativa da parte de um Estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, a soberania ou a independência política de um Estado americano, deve ser considerada como um ato de agressão contra os Estados que assinam esta declaração.”⁵⁹ Os Estados Unidos e todas as nações latino-americanas assinaram, mas o consenso só foi alcançado quando foi atenuada a posição preferida pelos EUA. O Secretário de Estado Hull escreveu que “Eu introduzi uma resolução incorporando a idéia e o método de uma administração sob tutela [para colônias europeias como Curaçao depois que a Holanda foi derrotada pelos alemães]. E instantaneamente, a Argentina...se opôs. Do mesmo modo que em tantas conferências interamericanas anteriores, a Argentina preferiu o papel de oposição aos Estados Unidos.”⁶⁰ Os ministros aceitaram a sugestão argentina da criação de um procedimento para convocar uma reunião a fim de *considerar* a criação de um mecanismo de administração sob tutela para manter as colônias latino-americanas da Europa fora das mãos de Hitler.⁶¹

A reação do Secretário Hull à posição argentina foi emblemática da crescente intolerância de Washington provocada pela guerra. Em 1941 esta intolerância veio à tona no Panamá, onde o governo populista de Arnulfo Arias recusara uma requisição dos EUA de arrendamentos por 999 anos de dez bases militares de um acre para defesa aérea. No início de 1941, quando Arias parecia estar prestes a uma recusa absoluta, o Secretário da Guerra Henry Stimson queixou-se numa reunião de gabinete do “inamistoso” governo panamenho, após o que o Presidente Roosevelt “falou-me de suas [próprias] dificuldades com Arias e disse a Hull que tentasse alguns métodos de pulso firme com ele.” Arias foi, por volta de outubro, derrubado pelos militares treinados pelos EUA – “um grande alívio para nós,” escreveu Stimson. “Arias causara muitos problemas e era pró-nazista, e ter um homem como aquele no Panamá bem perto do Canal era algo muito perigoso.” Embora Stimson inicialmente notasse que “o novo governo parece ser

muito melhor,” os Estados Unidos tiveram que desistir dos direitos de propriedade privada na Cidade do Panamá e em Colón – direitos que Bunau-Varilla assinara em 1903 – para conseguir as bases desejadas. “O Tratado não é muito satisfatório,” escreveu Stimson. “Fomos gravemente lesados pelo Panamá.”⁶²

Um exemplo muito mais importante da crescente intolerância dos EUA foi dado cinco meses antes de Pearl Harbor, quando os Estados Unidos publicaram uma “Lista Proclamada” de 1.800 indivíduos e firmas comerciais latino-americanos alegadamente simpáticos às potências do Eixo, cada um dos quais seria tratado “como se fosse alemão ou italiano,” o que significava proibição de seu comércio e congelamento de seus bens nos Estados Unidos.⁶³ Como o Departamento de Estado e a agência de Rockefeller haviam criado a lista sem consulta prévia, muitos governos latino-americanos a consideraram um insulto. Então, para completar a injúria, quando o Congresso Colombiano propôs consultar outros países latino-americanos e desenvolver uma reação comum à Lista Proclamada, Hull alertou o Presidente Eduardo Santos que “a submissão deste relatório pelo Governo Colombiano às outras repúblicas americanas fornecerá munição adicional ao Eixo porque o ato de consulta aparecerá como um esforço da parte do Governo Colombiano de alinhar contra a política deste Governo os outros países americanos.”⁶⁴

Esta era a atmosfera de intolerância quando, dois dias depois do ataque japonês a Pearl Harbor, os Estados Unidos requisitaram uma reunião urgente com os ministros do exterior da América Latina no Rio de Janeiro. Embora a crise da guerra impedisse a presença de Hull, ele instruiu o delegado chefe Sumner Welles para convencer “todas as Repúblicas a assinarem uma declaração conjunta de ruptura de relações com as potências do Eixo.” Para Hull, “esta era uma luta de vida ou morte, cujo resultado poderia significar apenas liberdade e progresso para a América Latina ou dominação e provavelmente ocupação pelo Eixo.”⁶⁵

Nem todos no Rio concordaram. Os argentinos em particular tinham boas razões para não se envolverem na guerra. Economicamente, a nação tinha lucrado muito permanecendo neutra durante a Primeira Guerra Mundial, e politicamente era difícil gerar um sentimento anti-Eixo numa nação com uma população grande de italianos de primeira geração e uma substancial comunidade germânica. A Argentina, além disso, estava bem distante dos campos de morticínio, e essa distância contribuía não simplesmente para a indiferença, mas também para a dificuldade de distinguir o bem do mal. Cada história sobre campos de concentração nazista era contraposta a histórias sobre campos de internamento nos EUA, e a maioria dos argentinos não tinha meios de estabelecer a diferença. Do mesmo modo que ocorrera com os cidadãos dos EUA no final da década de 1930, os argentinos estavam divididos em suas lealdades e não desejavam se envolver numa guerra simplesmente porque os Estados Unidos haviam sido atacados pelos japoneses no meio do Pacífico. No Rio eles se recusaram a endossar a resolução dos EUA no sentido de imediato rompimento de relações com o Eixo.

Os líderes dos EUA interpretaram da pior maneira esta oposição (o Secretário Assistente Adolf Berle escreveu em seu diário “que o Presidente Interino

Castillo se comprometeu com os italianos e provavelmente também com os alemães⁶⁶) e, portanto, se surpreenderam quando as outras delegações no Rio acompanharam a discordância argentina e aceitaram mais uma vez uma resolução embaraçosamente fraca para as pretensões norte-americanas: “As Repúblicas americanas, de acordo com os procedimentos estabelecidos por suas próprias leis e em conformidade com a posição e circunstâncias obtidas em cada país no atual conflito continental, recomendam o rompimento de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália.”

Hull ficou lívido; na verdade, de início ele se recusou a acreditar no que havia acontecido. Sabendo do acordo pelo rádio, Hull telefonou a Welles no Rio e, como relatou em suas memórias, “com Mr. Roosevelt escutando, Welles confirmou a assinatura do acordo e deu-me o resumo do crucial Artigo Três. Então falei com ele mais asperamente do que jamais havia falado com alguém no Departamento. Eu disse que considerava aquilo uma mudança em nossa política, feita sem me consultar, e equivalente a uma rendição à Argentina.” Depois de testemunhar esta conversa, Adolf Berle escreveu em seu diário, “agora há um ruptura entre o Secretário e Sumner que jamais será cicatrizada.”⁶⁷

A despeito do resultado no Rio, havia uma guerra a ser travada, e a ajuda latino-americana era necessária.⁶⁸ Como o Eixo não estava preparado para invadir a América Latina, o problema principal era a segurança das rotas de suprimento dos EUA. Em meados de fevereiro de 1942, ocorreu o primeiro ataque de submarino no Caribe, quando cinco petroleiros foram afundados perto de Aruba, e em duas semanas outros vinte navios haviam sido destruídos. Em fins de 1942, mais de trezentos navios aliados jaziam no fundo do Caribe. Em resposta, os Estados Unidos lutavam para adquirir bases aéreas e navais latino-americanas de onde poderiam patrulhar as rotas de suprimento, com virtualmente todos os Estados caribenhos oferecendo seu território, a começar pelos cubanos, que permitiram a construção de diversos aeroportos em torno da ilha, incluindo o Campo Batista. O Presidente Somoza ofereceu aos Estados Unidos a base naval em Corinto e deu aos EUA acesso militar aos aeroportos do país; em troca, seu filho Anastasio Somosa Debayle pôde alistar-se em West Point, onde graduou-se em 1946.

A ajuda do México e do Brasil foi especialmente valiosa. O México concordou não apenas com o uso recíproco de aeroportos militares, mas também com o recrutamento de mexicanos que viviam nos Estados Unidos; no fim da guerra, mais de 250.000 cidadãos mexicanos haviam servido nas forças armadas dos EUA, e mais de mil haviam sido mortos em combate. Além disso, o México foi um dos dois países latino-americanos a lutar na guerra, mandando uma esquadilha da força aérea para as Filipinas no início de 1945. O Brasil foi o outro, enviando uma divisão de infantaria de 25.000 membros mais unidades de força aérea e apoio naval para lutar na Itália. Talvez a principal contribuição do Brasil, contudo, tenha sido permitir que sua costa nordeste fosse usada como escala para navios e aviões que rumavam para o norte da África.

Todas estas atividades exigiam que os Estados Unidos trabalhassem lado a lado com os latino-americanos, e o registro deixado pelo pessoal dos EUA estacionado na região sugere um empenho cooperativo notavelmente sereno. Mas este espírito não era evidente nos escalões mais elevados. Em 1942 o Inter-American Defense Board (IADB) foi criado para proporcionar coordenação militar de alto nível, mas não fez quase nada porque os Estados Unidos não queriam latino-americanos no caminho. Esta atitude incomodou tanto os militares latino-americanos participantes como o Departamento de Estado, que era responsável pela manutenção de relações diplomáticas serenas, e numa reunião em 1943 o Sub-Secretário Sumner Welles pediu aos militares dos EUA que parassem de ignorar as ofertas de ajuda da América Latina. Falando por todas as forças armadas, o Almirante Horne replicou: “Eles nunca serviram, até onde nos diz respeito, para um propósito útil...Tenho quebrado a cabeça tentando achar algo para eles fazerem...Estou disposto a dar a eles qualquer coisa que possamos desde que eles simplesmente façam sugestões e nós não tenhamos que prestar nenhuma atenção a elas.” Quando a discussão voltou-se para o propósito específico de usar soldados cubanos para guardar os novos aeroportos dos EUA em Cuba, o General McNarney estabeleceu o limite, observando que “minha opinião pessoal, e as daqueles com quem tenho falado, é que a proteção cubana será pior do que nenhuma.” Esta atitude não era uma criação recente. “Se formos levados ao Extremo da Guerra,” perguntou Joel Poinsett a John Quincy Adams em 1818, “que ajuda podemos esperar de nossos aliados da América do Sul?” Sua resposta foi que “eles iriam requerer Subsídios de Dinheiro e Armas, e com sua incompetência atrapalhariam todas nossas operações.” Isto poderia ter sido escrito pelo Conselho de Segurança Nacional em 1950, que concluiu que durante a Segunda Guerra Mundial “os países latino-americanos, com uma única exceção importante [o Brasil], foram incapazes de fazer qualquer contribuição para a defesa do Hemisfério Ocidental.”⁶⁹

É verdade que os Estados Unidos estavam dispostos a simular parceria militar para obter matéria prima e bases militares na América Latina, bem como sua cooperação na supressão de movimentos de quinta-coluna – mas sempre com o entendimento tácito, como observava um memorando de 1940, de que “nosso objetivo *não* abrange expectativas de nossa parte de sermos capazes de usar forças latino-americanas como aliados efetivos na guerra.”⁷⁰ O Secretário da Guerra Henry Stimson chegou a questionar a capacidade dos latino-americanos de realizar tarefas menores, como observou depois de ir a uma cerimônia na Casa Branca criando o Acordo de Reabilitação e Assistência das Nações Unidas no fim de 1943. Quarenta e quatro nações iriam cooperar, escreveu ele em seu diário, de modo que a responsabilidade não seria posta “apenas sobre os ombros dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Mas quando vejo os rostos trigueiros de alguns dos representantes de países como Honduras que sentam diante de mim na mesa, eu ‘tenho minhas dúvidas,’ por assim dizer, de quanto eles assumiriam deste fardo.”⁷¹

É tentador argumentar que o já idoso Stimson (nascido em 1867, fora pela primeira vez designado para um posto federal em 1906 por Theodore Roosevelt) era pitorescamente antiquado, mas na verdade ele estava simplesmente ecoando os valores amplamente prevalecentes de sua época. Na pesquisa de 1941 de Rockefeller sobre as visões nos EUA sobre latino-americanos, os respondentes recebiam uma página contendo dezenove adjetivos e eram indagados: “desta lista, que palavras lhe parecem descrever melhor o povo que vive na América Central e do Sul?” os cinco adjetivos *menos* selecionados foram “eficiente” (5%), “progressista” (11%), “generoso,” “valeroso” (ambos 12%), e “honesto” (13%). Os adjetivos mais freqüentemente selecionados (por 77% dos respondentes) eram “de pele escura,” seguido por “genioso,” “emocional,” “atrasado,” “religioso,” “vagabundo,” “ignorante,” “desconfiado” – e, então finalmente, o primeiro traço inequivocamente positivo: 28% diziam que os latino-americanos eram amistosos. Estes eram apenas 1% a mais dos que disseram que eles eram sujos.

Fica bem claro que a política de Boa Vizinhança não alcançou as mentes dos líderes e do público dos EUA para mudar a visão que eles tinham dos latino-americanos. Tratava-se de uma política que exigia um novo respeito, ainda que fosse superficialmente, pelas sensibilidades latino-americanas: nada de fuzileiros navais desembarcando em portos caribenhos, freqüentes reuniões de alto nível, visitas elaboradas por chefes de Estado e uma nova burocracia para institucionalizar o relacionamento pan-americano. Nenhuma mudança significativa ocorreu abaixo da superfície, nem houve uma mudança nos interesses dos EUA, que enfocavam na década de 1930 expansão econômica e segurança nacional. A afirmação de Tucídides – “grandes nações fazem o que querem, enquanto pequenas nações aceitam o que devem” – permanecia o princípio orientador das relações interamericanas. Talvez porque suavizava esta realidade, a nova atitude de respeito superficial foi bem recebida por muitos latino-americanos. Mas esta atitude, também, estava para mudar, quando os Estados Unidos começaram a moldar o hemisfério no pós-guerra.

notas

1 Herbert Hoover, *The Memoirs of Herbert Hoover*, 2 vols. (New York: Macmillan, 1951-1952), vol.2, p.210; Discurso no Gridiron Club, Washington, D.C., 13 de abril de 1929, *PPP, Herbert Hoover*, 1929, p.70.

2 Stokely W. Morgan, *American Policy and Problems in Central America*, Conferência na Escola de Serviço Exterior, Departamento de Estado, 29 de janeiro de 1926, Anotação 423, Inventário 15, RG 59, NA.

3 *Congressional Record*, 10 de dezembro de 1923, p.142; William E. Borah, *What the Monroe Doctrine Really Means*, *Colliers*, 31 de janeiro de 1925, p.25.

4 Borah a Kellogg, 28 de julho de 1928; Kellogg a Borah, 2 de agosto de 1928; Kellogg a Borah (telegrama) 2 de agosto de 1928, todos na Caixa 542, Borah Papers, LC.

5 Departamento de Estado dos EUA, *Memorandum on the Monroe Doctrine, Prepared by J. Reuben Clark, Undersecretary of State, December 17, 1928*, Publicação do Departamento de Estado No.37 (Washington, D.C.: GPO, 1930), p.xix-xxiv.

6 Kellogg aos Funcionários Diplomáticos Americanos na América Latina, 28 de fevereiro de 1929, 710.11/1306a, NA M1276/R10.

7 Hoover a Stimson, 26 de junho de 1929, 710.11/1450, NA M1276/R11; ver também Stimson a Kellogg, 28 de junho de 1930, 710.11/1451, NA M1276/R11, que é a réplica à sugestão de Kellogg de que o memorando fosse entregue; Hoover, *Memoirs of Herbert Hoover*, vol.2, p.210.

8 Wilson a Edith Bolling Galt, 15 de agosto de 1915, in Arthur S. Link, ed., *The Papers of Woodrow Wilson*, 57 vols. (Princeton; Princeton University Press, 1966-1987), vol.34, p.209.

9 H. Freeman Matthews ao Secretário de Estado, 14 de dezembro de 1929, 838.00/2695, NA M1246/R1.

10 *New York Times*, 9 de janeiro de 1930, p.9; Departamento de Estado, *Report of the President's Commission for the Study and Review of Conditions in the Republic of Haiti, March 26, 1930*, Latin American Series No.2 (Washington, D.C.: GPO, 1930), p.1-2.

11 Russell a Stimson, 3 de dezembro de 1929, 838.42/81, NA M610/R44; Corey F. Wood, "Political Report," 5 de fevereiro de 1930, 838.00/2746, NA M1246/R1.

12 Diário de Stimson, 1 de novembro de 1930, Stimson Papers.

13 Stuart Grummon a Stimson, 29 de agosto de 1930, 838.00/2881, NA M1246/R1.

14 Diário de Stimson, 22 de abril de 1931, Stimson Papers, Yale University.

15 Philips a Roosevelt, 3 de agosto de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, Edgar B. Nixon, ed., 3 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1969), vol. 1, p.344; o acordo executivo de FDR em manter a curadoria alfandegária está reimpresso em FRUS 1933, vol.5, p.755, 61.

16 Diário de Stimson, 5 de novembro de 1930 e 17 de maio de 1932, Stimson Papers, Yale University.

17 Philip C. Jessup, *Elihu Root*, 2 vols. (New York: Dodd, Mead, 1938), vol.1, p.468. A carta não se encontra nos papéis de John Hay. A crítica do Departamento de Estado está em Joseph F. McGurk, "Memorandum: Biography of Elihu Root," 13 de novembro de 1935, 710.11/1702 1/2, NA M1276/R13.

18 "Memorandum of Trip to Haiti and Santo Domingo," e "Trip to Haiti and Santo Domingo 1917," ambos sem data, 1917, Arquivos do Secretário Assistente da Marinha, Caixa 41, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

19 Sumner Welles, Memorando, 1 de março de 1921, 837.00/2216, NA M488/R14.

20 Dulles a Lansing, 14 de fevereiro de 1917, 337.11/162 NA.

21 Para um memorando acusando o recebimento das instruções verbais do Secretário Interino de Estado Frank Polk de 10 de janeiro de 1919, ver Embaixador William Gonzales a Polk, 4 de fevereiro de 1919, Gonzales Papers, University of South Carolina.

22 Boaz Long a Lansing, 15 de fevereiro de 1918, 711.13/55, NA M673/R1.

23 A designação de Crowdre está em Davis a Crowder, 31 de dezembro de 1920, 837.00/1952b; o aviso a Menocal está em Davis a Boaz Long, 4 de janeiro de 1921, 837.00/1949, ambos NA M488/R13.

24 Divisão de Assuntos Latino-americanos, "Synopsis of General Crowder's 13 Memoranda," 14 de novembro de 1923, 123 C 8812/51, NA.

25 Crowder a Dwight Morrow, 10 de maio de 1922, Dwight Morrow Papers, Amherst College, Amherst, Mass.

26 Crowder a Pershing, 30 de janeiro de 1925, 210.681, Correspondência Geral, 1917-1925, Registros do Escritório do General Adjunto (RG 407), NA.

27 Escritório do Secretário, *Memorandum of Interview with the Cuban Chargé d'Affaires and Dr. Torriente*, 15 de novembro de 1923, Hughes Papers, LC; para a perspectiva dos banqueiros, ver Dwight Morrow a Edwin F. Gay, 16 de junho de 1922, Dwight Morrow Papers, Amherst College, Amherst, Mass.; para a opinião de Crowder, ver Crowder, *Recent Cabinet Crisis*, 21 de abril de 1923, anexado a Crowder a Hughes, 23 de abril de 1923, 837.00/85, NA M488/R25.

28 *Congressional Record*, 20 de janeiro de 1928, p.1787.

29 Judah a White, 31 de maio de 1928; White a Judah, 4 e 9 de junho de 1928, Francis White Papers, Biblioteca Herbert Hoover, West Branch, Iowa.

30 Judah a White, 30 de abril de 1929, Francis White Papers, Biblioteca Herbert Hoover, West Branch, Iowa; Diário de Stimson, 25 de novembro de 1930, Henry Stimson Papers, Yale University.

31 *Conversation. Mr. Henry Guggenheim: General Discussion of Cuban Situation*, 13 de novembro de 1931, 837.00/3207 NA; Duggan a Edwin Wilson, 17 de janeiro de 1933, 710.11/1776 1/2, NA M1276/R13; o memorial sem data de Welles a FDR tem uma data de arquivamento do dia da posse ("3-4-33") e está na pasta: *Cuba 1933-35, 42-44*, Caixa 28, Arquivo do Secretário do Presidente, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

32 *Long Distance Telephone Conversation between Secretary Hull and Ambassador Welles in Cuba*, 18 de maio de 1933, 611.3731/416 1/2, NA; Welles a Roosevelt, 17 de julho de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, vol.1, p.315.

33 Welles a Hull, 8 de agosto de 1933, 837.00/3616, NA; Welles a Hull, 9 de agosto de 1933, FRUS 1933, vol.5, p.344.

34 Crowder, *Recent Cabinet Crisis*, 21 de abril de 1923, anexado em Crowder a Hughes, 23 de abril de 1923, 837.00/85, NA M488/R25.

35 Memorando de Conversa Telefônica entre Hull e Welles, 5 de setembro de 1933; Memorando de Conversa Telefônica entre Caffery e Welles, 5 de setembro de 1933, Welles a Hull, 7 de setembro de 1933; Welles a Hull, 8 de setembro de 1933, 837.00/3786, todos em FRUS 1933, vol.5, p.380-404.

36 Diário de Berle, 1 de fevereiro de 1942, Rolo 3, Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.; Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, 2 vols. (New York: Macmillan, 1948), vol.1, p.182; Daniels a Hull, 9 de setembro de 1933, 837.00/4033, FRUS 1933, vol.5, p.413-5.

37 A oferta de Trujillo está em Schoenfeld a Hull, 8 de setembro de 1933; Ministério da Argentina para Assuntos Exteriores ao Departamento de Estado, 8 de setembro de 1933, FRUS 1933, vol.5, p.404-5, 409.

38 Memorando de Conversa Telefônica entre Hull e Daniels, 9 de setembro de 1933; memorando de Caffery, 13 de setembro de 1933; FRUS 1933, vol.5, p.413, 428-31.

39 Hull a Daniels, 28 de setembro de 1933, FRUS 1933, vol.4, p.17; conferência de imprensa de FDR, 6 de dezembro de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, vol.1, p.512; "Instructions to Delegates," 10 de novembro de 1933, FRUS 1933, vol.4, p.147.

- 40 Hull a Welles, 7 de setembro de 1933, FRUS 1933, vol.5, p.402.
- 41 Rascunho de Welles da declaração de Roosevelt de não-reconhecimento, 23 de novembro de 1933, está reimpresso em FRUS 1933, vol.5, p.525-526; conferência de imprensa, 24 de novembro de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, vol.1, p.503.
- 42 Welles a Phillips, 7 de dezembro de 1933, FRUS 1933, vol.5, p.533-536; Caffery a Phillips, 14 de janeiro de 1934, FRUS 1934, vol.5, p.98.
- 43 Observações num Almoço Oficial, 31 de agosto de 1944, in *The Public Papers and Addresses of Franklin Delano Roosevelt*, Samuel I. Rosenman, ed., 13 vols. (New York: Harper and Brothers, 1938-1950), vol.13, p.253.
- 44 Spruille Braden, *Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden* (New Rochelle, N.Y.: Arlington House, 1971), p.119, 121.
- 45 Instruções aos Delegados da Sétima Conferência Internacional de Estados Americanos, 10 de novembro de 1933; Hull a Phillips, 19 de dezembro de 1933, FRUS 1933, vol.4, p.67, 201.
- 46 No ato final de aprovação da Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados, Hull acrescentou uma reserva de quatro parágrafos que reiterava esta afirmação, e o consentimento subsequente do Senado incluía esta reserva. Departamento de Estado dos EUA, *Report of the Delegates of the United States of America to the Seventh International Conference of American States, Montevideo, Uruguay, December 3-26, 1933* (Washington, D.C.: GPO, 1934), p.19-20.
- 47 Discurso em Jantar na Woodrow Wilson Foundation, 28 de dezembro de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, vol.1, p.560.
- 48 A revogação da Platt está em 48 Stat. 1682; a revisão do Panamá está em 53 Stat. 1807; a revisão do Gadsden está em 52 Stat.1457.
- 49 Baruch a FDR, 11 de outubro de 1938, Bernard Baruch Papers, Biblioteca de Manuscritos Seeley Mudd, Princeton University.
- 50 *Mexican Activities*, 4 de novembro de 1939, anexado em Hoover a Berle, 7 de novembro de 1939, 812.00/30886 1/2, NA M1370/R8.
- 51 Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, 2 vols. (New York: Macmillan, 1948), vol.2, p.1140-2.
- 52 Ordem Executiva, 16 de agosto de 1940, *Federal Register* 5 (22 de agosto de 1940), p.2938-9.
- 53 Hull, *Memoirs*, vol.1, p.813; para a política do Departamento de Estado sobre esta questão antes de Pearl Harbor, ver Harley Notter, *German Inroads and Plans in the Other American Republics*, 10 de setembro de 1940, 862.20210/330 1/2, NA.
- 54 Roosevelt a Rockefeller, 24 de março de 1942, in U.S. Office of Inter-American Affairs. *History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Historical Reports on War Administration* (Washington, D.C.: GPO, 1947), p.116.
- 55 Braden, *Diplomats and Demagogues*, p.263, 452.
- 56 Hadley Cantril and American Social Surveys, Inc., *What People in the United States Think and Know about Latin America and Latin Americans*, 18 de janeiro de 1941, anexado em Rockefeller a Welles, 12 de março de 1941, 710.11/2686, NA M1276/R20.
- 57 O discurso de 1940 ao Congresso está em *Congressional Record*, 16 de maio de 1940, p.6243; a conversa ao pé da lareira, 11 de setembro de 1941, in *The Public Papers and Addresses of Franklin Delano Roosevelt*, Samuel I. Rosenman, ed., 13 vols. (New York: Harper and Brothers, 1938-1950), vol.10, p.387.

58 Seldin Chapin a Laurence Duggan, 13 de julho de 1939, 710.11/2403 1/2, NA M1276/R17.

59 *The International Conferences of American States, First Supplement, 1933-1940* (Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1940), p.333, 360.

60 Hull, *Memoirs*, vol.1, p.823.

61 A oposição argentina era baseada no temor do que poderia acontecer às ilhas Falkland/Malvinas se a Alemanha conquistasse a Inglaterra: uma tutela administrativa interamericana mandatória poderia obrigar a Argentina a combater a Alemanha para preservar a posse britânica sobre território reivindicado pela Argentina.

62 Diário de Stimson, 9 de janeiro e 9 de outubro de 1941, 7 de julho de 1942, Rolos 65 e 7, Stimson Papers, Yale University.

63 A determinação presidencial criando a Lista Proclamada e nomeando os 1.800 indivíduos e firmas latino-americanos está reimpressa no *Federal Register* 6 (19 de julho de 1941), p.3555-73.

64 Hull a Braden, 12 de novembro de 1941, FRUS 1941, vol.6, p.304.

65 *Hull Memoirs*, vol.2, p.1143, 1145.

66 Diário de Berle, 24 de janeiro de 1942, Rolo 3, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

67 Hull, *Memoirs*, vol.2, p.1148, 1149; Diário de Berle, 24 de janeiro de 1942, Rolo 3, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

68 Na ocasião em que os ministros do exterior se reuniram no Rio, nove das vinte nações latino-americanas haviam declarado guerra, e três outras haviam rompido relações com as potências do Eixo. Cinco outras romperam relações durante a reunião, e o Equador o fez no dia seguinte ao recesso. Isto deixava apenas o Chile e a Argentina, que esperaram até janeiro de 1943 e janeiro de 1944, respectivamente.

69 *Minutes of the Liaison Committee, Wednesday, February 24, 1942, 2:30 p.m.*, Caixa 2, Registros da Comissão Permanente de Coordenação, 1938-1943, em Registros das Comissões Interdepartamental e Intradepartamental (RG 353), NA; Poinsett a JQ Adams, 4 de novembro de 1918, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R3; nsc 56/2, "United States Policy toward Inter-American Collaboration," 18 de maio de 1950, FRUS, 1950, vol.1, p.628.

70 Memorando, G-2 (Inteligência) ao Chefe de Equipe, 8 de julho de 1940, reimpresso em Stetson Conn e Byron Fairchild, *The Framework of Hemisphere Defense* (Washington, D.C.: Escritório do Chefe de História Militar, Departamento do Exército, 1960), p.179.

71 Diário de Stimson, 9 de novembro de 1943, Rolo 8, Henry Stimson Papers, Yale University.